

1 **CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE**
2 **BELO HORIZONTE – CMAS/BH**

3
4 **Ata da 95ª Plenária do Conselho Municipal de**
5 **Assistência Social de Belo Horizonte – CMAS/BH**
6

7 Aos doze de julho de 2006 no auditório da Casa dos Conselhos, situado na Rua Eurita, 587 –
8 Bairro Santa Tereza, foi iniciada a 95ª Plenária Ordinária do Conselho Municipal de Assistência Social –
9 CMAS/BH. A presidente do Conselho, Sandra Regina Ferreira Barbosa iniciou a reunião fazendo a
10 leitura das justificativas de ausências dos seguintes conselheiros: Maria Fontana C. Maia, Kleid'Néa
11 Martins Borges, Jaciara Siqueira Coelho, Zegniton Balbino M. Júnior, Virgínia M. Purisco, Edna Lúcia
12 Andrade do Carmo Pinto, Edna Nunes Gomes, Vanessa V. Nascimento, Maria Aparecida Carneiro e
13 Criscia de Moura Silva. Em seguida, Sandra fez a leitura e apresentação da substituição de
14 conselheiros, sendo: Dr. Leonardo Costa Barbosa substituindo Albertina da Fonseca Alves, suplente do
15 Sindicato dos Psicólogos do Estado de Minas Gerais. Logo após, a presidente Sandra Regina
16 apresentou os pontos de pauta: 1) Discutir e avaliar a proposta do Regimento Eleitoral – Abertura do
17 Processo Eleitoral para o biênio 2007-2008; 2) Discutir sobre o financiamento do Programa Muriki, com
18 a participação da representação da Secretaria Municipal Adjunta de Assistência Social - SMAAS; 3)
19 Discutir e avaliar as mensagens e comunicados apresentados pela Secretaria Municipal Adjunta de
20 Assistência social – SMAAS enviados ao CMAS/BH; 4) Avaliar a capacitação sobre Orçamento e
21 Financiamento, realizada nos dias 21 e 24 de junho de 2006. Em seguida, foi feita a leitura da Ata da
22 94ª Plenária. Discutida as modificações e correções apresentadas pelos conselheiros presentes com
23 relação a ata, a mesma foi colocada em votação e aprovada com 26 votos. Logo após, a presidente
24 Sandra Regina passou para a discussão do primeiro ponto de pauta – Discutir e avaliar a proposta do
25 Regimento Eleitoral. Sandra passou a leitura do Regimento Eleitoral para Domingos Sávio de Araújo,
26 Secretário Executivo do Conselho. Após a leitura, algumas mudanças foram feitas no Regimento
27 Eleitoral sendo este aprovado com 25 votos. Em seguida, Sandra passou para a discussão do segundo
28 ponto de pauta – Discutir o financiamento do Programa Muriki, a presidente Sandra Regina leu a carta
29 que deu origem ao ponto de pauta, em seguida passou a palavra para Ana Maria Marquezine,
30 representante da Comissão de Pais dos Portadores de Deficiência do Programa Muriki da região
31 Noroeste. Ana Maria falou de sua preocupação e dos outros pais em relação ao Programa, pois o
32 Muriki é excelente e dá um apoio muito grande às famílias dos Portadores de deficiência, os agentes
33 visitam as casas para saber das necessidades dos portadores, se estão freqüentando a escola de
34 acordo com a faixa etária e foi assim que ela conheceu o Muriki. Sua filha é beneficiada com o
35 Programa, ela trata com fonoaudióloga e psicóloga e tem melhorado demais. Ela colocou que a
36 preocupação da Comissão de Pais é sobre a dificuldade em se manter o Programa devido ao repasse,
37 é uma despesa grande que a Entidade conveniada tem para manter o Programa. São 7 funcionários e
38 desde 2003 a Prefeitura repassa um valor de R\$ 3.400,00, isso para salários, encargos e vales-
39 transportes para os agentes percorrerem as casas das famílias. Só na regional Noroeste são atendidas
40 540 famílias, quando o Programa iniciou eram 140. O número de famílias aumentou significativamente
41 e o número de funcionários continuou o mesmo. Ana Maria relatou sobre as dificuldades enfrentadas
42 pelos agentes que trabalham no Programa quanto a insuficiência de recursos para desenvolver as
43 atividades. Contudo, estão com medo do Programa acabar e por isso resolveram pedir apoio ao
44 Conselho e a Secretaria para ver o que pode ser feito. Ana Maria ficou sabendo que a própria
45 Secretaria fez um levantamento em 2003 e chegou a conclusão de que o custo para este Programa
46 deveria ser de duas a três vezes maior que o valor atual. Como mãe, está muito preocupada com o
47 futuro dos portadores de deficiência, pois são poucos aqueles que tem a oportunidade de conseguir
48 vencer na vida. Com esse Projeto as famílias têm ajuda para os portadores de deficiência, pois são
49 famílias pobres e precisam demais dessa ajuda, os meninos que são agraciados pelo programa terão
50 um futuro melhor, eles futuramente não ficarão em casa, como muitos que conhece, até mesmo
51 vizinhos, que ficam em casa desesperados sem ter o que fazer e começam entrar em depressão, um
52 problema sério para a família. A “batalha” é para que os portadores de deficiência possam ser alguém
53 na vida, que possam trabalhar para que não sejam um peso para a sociedade, que eles tenham direitos
54 como os outros. Por isso, este Programa é muito importante. Ana Maria falou que está feliz em saber
55 que a Prefeitura está fazendo muito pelos deficientes, em sua regional, a Noroeste, tem o Centro de
56 Referência do Portador de Deficiência com diversas atividades. Mas o que é necessário é o recurso,
57 sem ele não tem condições de manter o Programa, são sete funcionários com piso salarial de R\$
58 450,00 mais encargos trabalhistas que muitas vezes chegam a 100% do salário, além de mil reais de
59 vale-transporte, R\$ 3.400,00 dão? Ana Maria finalizou relatando sua experiência pessoal. Em seguida,
60 a conselheira Nelly Costa Bittencourt pediu para complementar a fala de Ana Maria informando que na
61 realidade o Município nunca disponibilizou um centavo para o atendimento ao portador de deficiência,
62 que não existe aporte financeiro para o Programa do deficiente. O Muriki na realidade é mantido com
63 resto de recurso de Entidades que fecharam porque não tiveram condições de dar continuidade aos
64 trabalhos desenvolvidos, o valor repassado é irrisório e está aquém do da realidade. Informou, também
65 que a União repassa um valor mínimo para a manutenção dos programas de atendimentos ligados ao
66 Muriki. Finalizou questionando o salário que uma funcionária de nível superior recebe para realizar o
67 trabalho na Entidade. Logo após, a presidente Sandra Regina convidou as técnicas da Secretaria
68 Municipal Adjunta de Assistência social Ana Rogéria Vitório Caon e Mercês Maria de Hollanda
69 Cavalcante Garcia para responder a solicitação do ofício encaminhado ao Conselho sobre o Programa
70 Muriki. Ana Rogéria iniciou apresentando o Programa Muriki destacando alguns pontos tais como: O

71 Muriki é um programa que trabalha na perspectiva da inclusão social, não prevê o atendimento em
72 clínica, ele prevê o atendimento na comunidade, são ações feitas na comunidade. O objetivo geral do
73 Programa é buscar a inclusão da criança e do adolescente deficiente na comunidade. Tem como
74 objetivos específicos: conhecer as condições de vida das crianças e adolescentes com deficiência em
75 sua família e na comunidade. Possibilitar o fortalecimento de vínculos da criança e do adolescente com
76 a família e a comunidade. Contribuir para a construção e fortalecimento de uma rede de atendimento
77 comunitário na perspectiva da inclusão. Ana Rogéria destacou os três eixos estratégicos do Programa:
78 o primeiro eixo é o do Serviço de Acompanhamento Sócio-Familiar e de Articulação da Rede Social, o
79 qual a equipe faz visitas nas casas identificando as pessoas com deficiência trabalhando junto às
80 famílias nos espaços comunitários que tem cada região. O Programa funciona desde o início em seis
81 regionais, não fechou em nenhuma. O segundo eixo é o do Serviço de Qualificação de Famílias com
82 Crianças e Adolescentes com Deficiência e de Profissionais da Rede, o Muriki tem uma parceria com a
83 Instituição Fé e Alegria que busca capacitar não só os profissionais das entidades que trabalham
84 diretamente com o Muriki, mas com toda rede que atende a criança e adolescente, instrumentalizando-
85 as a receberem as crianças e adolescentes com deficiência. E terceiro eixo é o da Assembléia de rede
86 social e Comunitária e as Comissões Temáticas que prevê a participação da comunidade no Programa,
87 é um espaço de pactuação de conversa com a comunidade, é o espaço das famílias participarem
88 dando sugestões para o planejamento das ações. Ana Rogéria ressaltou que é um espaço que tem que
89 ser investido mais, acompanhado mais de perto, porém a equipe da Secretaria é muito pequena para
90 dar todo o suporte que essas comissões necessitam. Sobre o financiamento, Ana Rogéria informou que
91 o Muriki é financiado com recurso do Fundo proveniente do Ministério do Desenvolvimento Social –
92 MDS, recebe recurso do Programa de Atendimento à Criança que são 242 per capita por mês com
93 valor de R\$ 27,02 cada per capita, desse valor R\$ 17,02 é para as ações com crianças e adolescentes
94 e R\$ 10,00 para ações com família e comunidade. Já o recurso do Programa para Portadores de
95 Deficiência – PPD são 761 per captas por mês no valor de R\$ 25,00 a per capita totalizando o valor de
96 R\$ 25.563,84 por mês e por ano R\$ 306.766,08 distribuídos para as seis regionais. Informou, também
97 que a divisão do recurso por regional foi feito logo que o Programa começou, é uma divisão mais ou
98 menos igual entre as seis regionais. Na época ainda não havia uma avaliação da quantidade de
99 pessoas com deficiência em cada regional e a identificação trazida pela Noroeste deverá ser
100 considerada na hora de adequar o Programa. Ana Rogéria ressaltou que esse é o recurso repassado
101 diretamente, mas que indiretamente tem outros apoios como: apoio logístico para as equipes
102 contratadas pelas entidades e apoio com transporte. Um outro recurso que é repassado indiretamente
103 através da interface com a socialização é a mala de recursos que consiste em um kit de material lúdico
104 e pedagógico usado pelas equipes para incentivar as famílias a brincarem com as crianças com
105 deficiência, para reativar e reavivar o lúdico na vida dessas crianças e oferece ainda a capacitação das
106 equipes para utilizar esse recurso. Informou também, que estão reformulando um projeto que será
107 enviado a Petrobrás para concorrer a recursos para qualificar as ações do Muriki e ampliar o Programa
108 para as regionais que ainda não tem. O Muriki como é um serviço de Proteção Social Básica e terá que
109 acompanhar a expansão dos NAF's, assim como os outros programas. A Secretaria tem a tarefa de
110 discutir até no final do ano o desenho deste serviço dentro da nova Política Nacional de Assistência
111 Social e readequá-lo, o que vai impactar no financiamento, é uma preocupação da Secretaria qualificar
112 e ampliar o Programa Muriki. Ana Rogéria enfatizou que apesar de não haver um estudo de custo
113 formal, a Secretaria reconhece que há uma defazagem no custeio do serviço apontado no levantamento
114 feito em 2003 e que hoje como já se passaram três anos essa defazagem é bem maior, mas a
115 Secretaria tem ciência disso e há a preocupação de resolver essas questões para que o Programa
116 continue e cumpra com o objetivo a que se propõe. Em seguida, Mercês complementou a fala Ana
117 Rogéria dizendo que o Muriki foi iniciado em 1999 como um projeto pontual e que a partir de 2000
118 juntamente com a iniciativa do Governo Federal que emitiu algumas portarias, dentre elas as 2854 e
119 2874 criando novas modalidades para atendimento a pessoa com deficiência preservando as antigas
120 modalidades enfocadas no modelo médico e na reabilitação funcional. Assim, o Programa é hoje co-
121 financiado pelo Governo Federal, ele passou de um projeto para um serviço de ação continuada.
122 Contudo, o Governo Federal, criou novas modalidades, mas não criou novos incentivos, aporte de
123 recursos, incentivos financeiros para que os Municípios pudessem implantar outros tipos de ações
124 voltadas para as modalidades propostas ou referenciadas que estavam previstas nas portarias; é por
125 isso que algumas clínicas foram fechadas e com o remanejamento do recurso previsto em resolução o
126 Projeto transformou em serviço continuado. Terminada a apresentação foram feitos alguns comentários
127 pela plenária. A conselheira Nelly se manifestou dizendo que o mais importante não foi falado, ou seja,
128 onde está o recurso do município no orçamento para subsidiar os programas. Disse que para qualquer
129 programa existe uma ação tripartite, que o Governo Federal e Estadual estão fazendo a parte deles,
130 mas o municipal não está fazendo nada, não existe aporte financeiro do Município para o trabalho com
131 deficiente e quem está fazendo este trabalho são as entidades. Disse ainda que o Município tem que
132 ser mais participativo e envolver-se mais nestas questões e que todos devem fazer um movimento para
133 mudar este quadro, caso contrário o Programa vai fechar. A conselheira Maria do Carmo disse que
134 entende a fala da conselheira Nelly, mas não concorda com ela, uma vez que falar que o recurso é
135 insuficiente é diferente de falar que não existe recurso e que o Conselho tem muita responsabilidade
136 sobre a situação, pois no final do ano passado foi aprovado pelo mesmo a previsão orçamentária para o
137 ano vigente. Disse ainda que todos os conselheiros são co-responsáveis por não haver verba suficiente
138 na área do deficiente e que deve ser revisto a forma de como o Conselho está votando este orçamento.
139 Acrescentou também que o Conselho deve se debruçar nas questões da modalidade de atendimento
140 até para entender onde está o dinheiro que D. Nelly quer saber dentro do orçamento do Município,
141 talvez esteja em uma modalidade que não está de acordo com a Política Nacional de Assistência social.
142 O Muriki é hoje uma referência de atendimento com famílias com crianças e adolescentes com

143 deficiência. O trabalho desenvolvido é muito bom e isso é um argumento a mais para o Conselho
144 “batalhar” por mais recurso, pois ficou claro que o recurso é insuficiente e precisa ser expandido. Logo
145 após o conselheiro Hélio Emiliano Moreira se manifestou enfatizando uma “meia culpa” do Conselho
146 por ter aprovado o orçamento e disse que assim como teve o Seminário de Orçamento e
147 Financiamento, o Conselho precisa se capacitar ainda mais. Relatou algumas passagens do seminário
148 do Centro de Apoio do Terceiro Setor - CAOTS o qual participou enfocando a importância do terceiro
149 setor para o desenvolvimento das Políticas Públicas. Finalizou solicitando alguns esclarecimentos sobre
150 o Projeto que será encaminhado à Petrobrás que beneficiará o Programa Muriki. A conselheira Katia
151 Rochael Rodrigues falou dos desafios existentes na Política de criar sistema, universalizar e superar o
152 modelo de institucionalização. Informou que houve um seminário interno da Secretaria que discutiu
153 algumas diretrizes para a Política para a pessoa com deficiência, que é uma política intersetorial, mas
154 que dentro da Assistência social ainda não se conseguiu criar sistema, pois há “gargalos” na Proteção
155 Social Básica. Enfatizou ser muito bom ouvir das famílias o reconhecimento da importância do Muriki,
156 mas por outro lado, o deficiente adulto não é atendido. É necessário ampliar o atendimento na Proteção
157 Básica para o adulto. No que diz respeito a Proteção Especial, a Secretaria reconhece que também há
158 “gargalos” principalmente no atendimento à pessoa com deficiência que sofreu violação e no serviço de
159 atenção em domicílio. Katia propôs que o Conselho seja chamado pela Secretaria a participar das
160 discussões das diretrizes para a Política do Portador de Deficiência. Com relação ao Muriki fez a
161 proposta de que a Secretaria pensasse em curto prazo uma readequação do Programa considerando o
162 número de pessoas atendidas, conseqüentemente resolveria o problema do financiamento e em médio
163 prazo uma discussão mais ampla das diretrizes para a política de atendimento para o portador de
164 deficiência. Katia finalizou dizendo que já foi colocado à disposição o carro da Secretaria de Políticas
165 Sociais da Noroeste para atender o Programa Muriki quando possível, uma vez que é um recurso muito
166 limitado já que tem que atender todos os programas e serviços da Gerência. A conselheira Darci Maria
167 de Souza Vilaça informou que existe pela Secretaria o compromisso de potencializar e reordenar o
168 Programa Muriki dentro da perspectiva do Sistema Único de Assistência Social – SUAS. Ressaltou
169 também que além dessa reordenação deve-se avançar no atendimento do adulto com deficiência
170 dentro da concepção da prevenção e do fortalecimento de vínculos familiares e comunitários e que o
171 atendimento da pessoa com deficiência não passa só pela Assistência Social, é uma política
172 intersetorial, transversal devendo haver uma articulação com a saúde e a educação. Informou que é de
173 interesse da Secretaria fazer um seminário mais amplo envolvendo outras Secretarias para discutir as
174 competências das outras políticas no que diz respeito ao atendimento integral da pessoa com
175 deficiência. Darci finalizou reforçando a atenção dos conselheiros nas ações que são de competência
176 da Assistência Social, pois pode ter ação que está sendo financiada e que não é de competência da
177 Assistência Social, deve-se ter claro para onde o recurso está migrando. Com relação ao recurso
178 estadual, Darci disse que não há no Município contrapartida para a pessoa com deficiência com recurso
179 do Fundo Estadual de Assistência Social e por parte do Município existem técnicos que fazem o
180 acompanhamento, a coordenação, a própria Gerência e as Regionais que tem esse apoio, isso também
181 é financeiro embora não seja contabilizado, mas não exige a responsabilidade do Município de aportar
182 mais recurso para o financiamento dessas ações. Logo após, a presidente Sandra Regina informou que
183 a Comissão de Financiamento está discutindo a possibilidade de um estudo de custo à luz da NOB,
184 uma vez que têm chegado no Conselho além do Muriki outros segmentos com mesma questão. Falou
185 que é de responsabilidade do Conselho verificar como está saúde financeira dos serviços, porque já
186 está numa situação “gritante” precisando de um aumento urgente. Informou que a Política Pública está
187 sendo executada com custos para entidades de outros segmentos e muitas estão entregando os
188 serviços deixando usuários descobertos. A presidente, então fez a proposta de levar a discussão da
189 pauta em questão mais a fundo para a Comissão de Financiamento e que seja levada também junto a
190 Secretaria quando for discutida a previsão orçamentária de 2007 agora em agosto. Informou que
191 acompanhou a prestação de contas na Câmara e ficou sabendo que o orçamento da Assistência social
192 é o menor orçamento que vai para a Câmara Municipal. Enfatizou que o Conselho deve pensar, fazer
193 uma reflexão sobre a ampliação do orçamento da Assistência Social em Belo Horizonte. A presidente
194 Sandra Regina finalizou com um relato pessoal e reafirmou o encaminhamento de levar a discussão à
195 Comissão de Financiamento e à previsão orçamentária de 2007. O conselheiro Márcio Almeida Dutra
196 disse que enquanto membro da Comissão de Financiamento discordaria do encaminhamento feito pela
197 presidente, pois acha que é uma discussão que deve ser levado a todo o Conselho e não apenas à
198 Comissão de Financiamento. Informou que foi realizada no Conselho uma capacitação sobre
199 Orçamento e que como Maria do Carmo colocou que os conselheiros são os destinatários da definição
200 para onde vão os recursos, solicitou que na próxima plenária fosse apresentado o número de
201 conselheiros que participaram da capacitação. Márcio falou que a Secretaria pode amenizar a questão
202 do recurso observando a regional que tem o número maior de Entidades conveniadas e com o
203 atendimento maior e redirecionar o recurso proporcionalmente. Orientou que os próprios técnicos da
204 Secretaria que estão presentes façam esse redirecionamento na hora em que for construir a proposta
205 orçamentária e que o Fundo Municipal seja redirecionado à luz das necessidades já então discutidas ao
206 longo do ano no Conselho. Isso contribuirá para o trabalho do Conselho que é de analisar o orçamento
207 do Fundo Municipal, ou seja, a proposta vindo com a leitura de que o orçamento é escasso, mas que
208 pode ser redirecionado para um Programa que tenha uma repercussão maior na rede. Acrescentou
209 ainda que o orçamento da saúde há doze anos atrás era algo em torno de 6% do orçamento do
210 Município e hoje está entre 17% a 19% e que o orçamento da Assistência Social não vai dar saltos, é
211 um processo de construção e que já vem aumentando ao longo desses anos. Marcio finalizou dizendo
212 que a necessidade do cidadão pelos serviços públicos tem aumentado e isso não quer dizer que não
213 está havendo investimento, mas que estes são insuficientes e que a Secretaria deve fazer essa
214 consideração ao Governo Federal levando em consideração as reivindicações das entidades. Logo

215 após, a Conselheira Léa Lúcia Cecílio Braga informou que em 1999 o recurso que vinha para a pessoa
216 com deficiência, idoso e criança e adolescente era da antiga LBA e hoje é esse recurso que ainda
217 movimentava o atendimento nessas áreas. Disse que a Política de Assistência Social está muito atrasada
218 no debate do que é e qual o recurso para a pessoa com deficiência e para o idoso, uma vez que ainda
219 estão trabalhando com a antiga série histórica defasada e que não aumentou o recurso nem a meta. É
220 apenas o recurso do Governo Federal sem nenhuma participação do Governo do Estado em nenhuma
221 ação. Informou ainda que o Muriki começou quando houve uma sobra de recurso que veio para o
222 Conselho e a Secretaria disse que precisava inovar na forma de atender esse público que não fosse a
223 forma histórica de convênio com Entidade. O programa foi criado dentro da proposta de ampliar esta
224 compreensão e nesse processo de 1999 a 2006 os passos dados ainda são pequenos em relação à
225 demanda colocada para a Assistência Social. Enfatizou que a secretaria está se esforçando para que
226 até dezembro deste ano as outras 3 regionais sejam cobertas com o Programa e que não há nenhuma
227 proposta de retrocesso desta ação. Disse ainda que não tem uma proposta de trabalho com o Muriki e
228 sim uma proposta de discutir essa forma de atender por segmento à luz do SUAS, pois a Política
229 Nacional ainda é frágil, ela ainda não deu conta de responder tudo para segmento. O Seminário
230 realizado teve o objetivo de discutir como a Assistência Social se organiza na cidade para dar conta de
231 atender todas as demandas que tem o segmento. Léa finalizou dizendo que a questão não é só
232 recurso, mas que a Secretaria não tem uma proposta clara, discutida no Conselho de quais seriam as
233 novas ações, que estão no esforço de discutir, de formular o que ai ser feito, pois é necessário que se
234 tenha uma proposta consistente. Disse também que a segunda etapa do Seminário que a Secretaria
235 tinha pensado para junho não aconteceu por motivo de fôlego interno na Gerência e está sendo
236 reorganizada para agosto que é a discussão com todos os atores da cidade, outra Secretaria, outros
237 Conselhos, que ainda não atingiu o objetivo total ainda, mas estão em processo. Logo após, Sandra
238 propõe um seminário para discutir a situação do portador de deficiência no Município. Em seguida, Ana
239 Rogéria fez duas colocações, a primeira é que a readequação do Programa de acordo com a demanda
240 regional solicitada por Kátia não dá para ser feita em curto prazo, ela tem que ser feita na discussão da
241 readequação geral do Programa, mesmo porque não se pode mexer nos convênios. E segundo,
242 quando há um cancelamento de um convênio não significa o encerramento do serviço na regional, uma
243 outra instituição assume o convênio e da seqüência ao atendimento. Disse que o Projeto que está
244 sendo encaminhado para a Petrobrás tem recurso previsto para um ano para qualificar e ampliar o
245 Muriki para as três regionais Centro-Sul, Barreiro e Pampulha, que ainda não tem o Programa e
246 conseguindo a implantação com esse recurso a Secretaria vai fazer uma discussão junto ao Município
247 de continuar o atendimento e o financiamento do Programa. A presidente Sandra Regina fez o seguinte
248 encaminhamento: de continuar as discussões para a previsão orçamentária de 2007 junto a SMAAS e
249 que para esta previsão fosse incluído um aporte maior de recursos levando em consideração toda essa
250 discussão e de outros segmentos que tem apresentado a dificuldade financeira de continuar os serviços
251 e o Conselho vai verificar se houve esse aporte. Léa explicou que este ano a Secretaria está
252 trabalhando com o orçamento do ano passado e, no entanto não foi previsto a ampliação de recursos
253 para estas ações. Enfatizou que o recurso previsto para além do orçamento municipal vai priorizar o
254 atendimento às três regionais que ainda não tem o Programa. A conselheira Léa consensuou com a
255 Presidente Sandra Regina que o Conselho está com alguns pontos de pauta importantes para discutir,
256 dentre eles a prestação de contas da Assistência Social do 1º semestre. Falou que a Prefeitura já vinha
257 discutindo uma proposta de convênio com clínicas que atendem pessoas com deficiência e foi aprovada
258 no âmbito do Governo, essa discussão está subsidiada em pareceres da procuradoria, pois as clínicas
259 tinham um convênio com vigência de janeiro a dezembro do ano passado e com o parecer do
260 procurador pôde ser renovado por mais 6 meses, ou seja, 1º de janeiro a 30 de junho deste ano. Léa
261 informou que a proposta já foi fechada uma vez que envolve diretamente a Secretaria de Saúde nessa
262 ação e a Secretaria tem que renovar o convênio, pois esses convênios abrangem 6.500 crianças e tem
263 um prazo para isso, caso contrário essas crianças ficam descobertas. Acrescenta que se for esperar a
264 plenária do dia 09 de agosto a Secretaria teria que dar esses encaminhamentos sem passar pelo
265 Conselho e isso não é a proposta. A Secretaria quer apresentar ao Conselho a proposta que foi
266 desenhada junto a Secretaria de Saúde. Em função disso a proposta é que se encaminhe uma plenária
267 extraordinária na 1ª semana de agosto com as seguintes pautas: Prestação de Contas da Assistência
268 Social do 1º Semestre e a Apresentação da Proposta de Conveniamento das Clínicas e a plenária
269 ordinária ficaria para o dia 16 de agosto com a discussão do orçamento para 2007. Em seguida a
270 conselheira Darci falou da necessidade de aprovar as mensagens devido aos prazos, pois existe todo
271 um processo e se continuar nesse ritmo vai chegar o final do ano e o orçamento não foi cumprido.
272 Enfatizou que não é a primeira nem a segunda vez que acontece das mensagens não serem aprovadas
273 na plenária e acaba adiando para a próxima. Darci sugeriu que no primeiro momento da plenária seja
274 garantida a discussão de pontos que são deliberativos e que seja revisto o tempo da ata, pois o tempo
275 para a discussão e deliberação está ficando comprometido uma vez que os conselheiros estão saindo
276 às 17 horas. Darci finalizou dizendo que o público está deixando de ser atendido porque não pode
277 remanejar meta sem aprovação do Conselho. Logo após Sandra Regina falou que o adiamento da
278 aprovação das mensagens não foi culpa do Conselho, mas sim por uma situação avaliada que não
279 estava vindo dentro do que o Conselho havia consensuado e que a Secretaria tinha que pensar em
280 trabalhos extraordinários para dar conta. Darci falou que concorda com Sandra, porém essa situação já
281 havia ocorrido outras vezes e que houve uma confusão sendo que estas mensagens já haviam sido
282 passadas pela mesa diretora e eram para serem pautadas na plenária passada, só que elas voltaram
283 para a Comissão para depois retornar a plenária de hoje, como Ronaldo havia dito as adequações e as
284 explicações seriam feitas na mesa diretora, assim as mensagens poderiam ter sido aprovadas e não
285 foram. O conselheiro Márcio ressalta que se o convênio encerrou dia 30 de junho a partir de 1º de julho
286 já estão descobertos e isso pode acarretar um rompimento na próxima plenária, mesmo ele sendo

287 extraordinária. Sugeriu ainda que fosse colocado no Regimento Interno com aprovação da mesa
288 diretora que não se emperre o andamento dos processos administrativo da Secretaria ou colocar uma
289 punição para o conselheiro que não ficar até o final da plenária. Em relação a este ponto, conselheira
290 Katia Rochael informou que na última Comissão de Normas foi trabalhado uma instrução normativa
291 sobre controle de frequência, mas primeiro deve-se aprovar o Regimento Interno para depois aprovar a
292 instrução normativa. Sandra encerrou a discussão dizendo que as mensagens serão colocadas no
293 primeiro ponto de pauta na próxima plenária. Márcio fez uma proposta para a ata conter apenas as
294 deliberações e os encaminhamentos das discussões. Léa discordou dizendo que a ata tem que ser
295 mantida como está, pois ela existe para ser registrada tudo. Disse que o que deve ser mudado é a
296 dinâmica com a qual está lhe dando com a apresentação da ata. Em seguida Sandra falou da proposta
297 de encaminhar a ata para os conselheiros junto com a convocação, vindo apenas com os destaques na
298 hora da leitura da ata. Nada mais havendo a tratar, eu Léa Lúcia Cecílio Braga, Secretária Geral do
299 Conselho Municipal de Assistência Social, lavro e assino a presente ata. Belo Horizonte, 12 de julho de
300 2006.